

## A incorporação da Agroecologia no discurso oficial do MST

PRISCILLA GOMES DA SILVA\*

### Introdução

A configuração agrário-produtiva nacional indubitavelmente sofreu sucessivas metamorfoses desde o período da colonização lusa no Brasil, contudo alguns de seus aspectos vitais se mostram perpetuados. Das sesmarias e da produção no estilo *plantation* ao latifúndio desenhado pelo agronegócio podemos destacar elementos recorrentes na história agrária do país: manutenção da tendência à demasiada concentração fundiária; conservação do poder político das elites agrárias nacionais; e descompromisso com uma relação equilibrada entre homem e natureza no processo produtivo agrário hegemônico.

A espoliação das populações camponesas e dos recursos naturais na trajetória rural brasileira carregaram o contraponto de uma série de resistências das populações negativamente afetadas. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra ou o MST aparece como um dos movimentos de resistência contemporâneos de maior visibilidade, e compreendemos a sua gênese e constituição no interior do histórico de manifestações das populações rurais do país. Segundo o MST, suas lutas sociais são herdeiras de diversos conflitos contrários à lógica do latifúndio monocultor, expressos nas ações de grupos variados, como os povos indígenas; escravos negros; camponeses participantes dos conflitos de Canudos, do Contestado e mais recentemente das extintas Ligas Camponesas.

O MST surge na região Centro-Sul do país em fins dos anos 1970, contudo a sua formação oficial ocorre no ano de 1984. Segundo lideranças do MST, a entidade herdou das lutas anteriores a reivindicação do acesso à terra e à produção, contudo o movimento teria alargado as expectativas e objetivos das organizações rurais existentes, pois passou a incorporar demandas sociais mais amplas em suas expectativas com a reforma agrária, como também, mais recentemente, o grupo teria atrelado a pauta ambiental à luta social (FERNANDES,2000).

---

\* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Nesse sentido, destacamos a incorporação da agenda agroecológica em assentamentos e acampamentos do MST nos últimos tempos, fenômeno relativamente recente incorporado pelo grupo. O MST fora alvo de críticas de diversos movimentos ambientalistas sobretudo até meados da década de 1990, por se comportar de maneira pouco crítica nas relações homem-meio ambiente no processo produtivo. Tal quadro começa a ser modificado na década de 1990, mormente com a entrada do MST na Via Campesina.

O presente artigo possui o objetivo de estudar tal processo de transição discursivo do MST no sentido da Agroecologia. Formas produtivas e estilos de vida agroecológicos passam a assumir papel central a ser introduzido nos acampamentos e assentamentos do MST, num contexto em que a Agroecologia veio sendo coroada como uma nova estratégia produtivo-cultural diante das investidas do agronegócio.

### **As relações sócio-ambientais no discurso do MST: primeiros tempos**

Analisando de forma mais detida a trajetória do MST como um movimento social e as principais pautas e objetivos do grupo, constatamos que a sustentação de uma relação harmônica entre homem e natureza no contexto da Reforma Agrária é algo relativamente recente no discurso e práticas sociais (ou sócio-ambientais) da entidade. Verificamos que até meados da década de 1990 as demandas sócio-ambientais mostravam-se esvaecidas no contexto discursivo e prático da entidade, que pareceu colocá-las em segundo plano diante de outros objetivos que visavam o êxito da reforma agrária. Estes podem ser expressos pelo acesso à terra, pelas formas produtivas e comerciais e pela natureza do processo de trabalho. Ironicamente, no discurso que envolvia estas temáticas apresentado pelo MST em seus primeiros tempos, a relação homem-natureza quase nunca aparecia com destaque.

Ainda nos primeiros anos de constituição do MST, as intenções dos sem-terra estavam concentradas no acesso imediato à terra, apesar de não se excluírem outras finalidades. A passagem abaixo expressa quais eram os objetivos mais explícitos do grupo, e aqui o acesso à terra ganha tonalidades diferenciais:

*“Exigências dos Sem Terra: exigimos mais assistência médica; solução rápida da terra; que aqueles que são contra nós venham ver a nossa*

*situação; terra no Rio Grande do Sul; Reforma Agrária feita pelos trabalhadores; terra em condições de pagar com o produto do nosso trabalho; terra para criar os nossos filhos e não para negócio; que as granjas que nós indicamos sejam desapropriadas e colocadas à disposição de todos os sem terra; que as terras sejam para os trabalhadores e não para quem mora na cidade; que seja cumprido o Estatuto da Terra” (Boletim dos Sem-Terra, 1981: 28).*

Mas não era todo e qualquer pedaço de terra o objeto reivindicado pelos trabalhadores. Na plataforma política aprovada no I Encontro Nacional do MST, realizado no Paraná, em 1984, a luta pela reforma agrária se opõe ao latifúndio<sup>1</sup>. Assim, as principais propriedades alvejadas são: “Terras das multinacionais; Terras dos latifúndios extensivos; Terras do Estado; As terras mal aproveitadas; As terras que estão nas mãos de quem não precisa delas e que não são agricultores” (Programa de Reforma Agrária do MST, 1984). Apesar desta postura crítica diante da necessidade de suplantar a estrutura fundiária altamente concentrada no país, ideais sociais mais totalizantes não são abarcados nos princípios gerais e práticos expressos no documento, tendo a conquista da terra centralidade assumida pelo movimento.

À conquista da terra seguiam-se discussões acerca da implementação da natureza produtiva nos assentamentos do MST. Assim, verificamos que dentre as estratégias de reprodução social do grupo ainda em seus primeiros tempos, a valorização da produção coletiva vai aparecendo com força no grupo, elemento este por vezes estimulado pela Igreja Católica, a partir da fundamentação bíblica, baseada em ideais de solidariedade.

Assim, nas primeiras experiências dos acampamentos e assentamentos do MST parte do trabalho era familiar e parte extrapolava os limites individual-familiares, com a produção sendo feita por pequenos grupos, visando combater as dificuldades objetivas mais latentes, sobretudo relativas à alimentação. Nas origens da formação do MST “o

---

<sup>1</sup> A liderança João Pedro Stédile trata da alteração nos principais alvos de conflito na trajetória do MST. No início do movimento, o grande “vilão” era o latifúndio, porque “(...) concentrava terra e porque havia uma possibilidade real de ser feita uma Reforma Agrária nos moldes clássicos, em que a distribuição de terra é combinada com a indústria”. Ainda segundo Stédile, com o aprofundamento do agronegócio no país, principalmente nos anos 90, o grupo incorpora novos inimigos: “Ela [a luta pela reforma agrária] não só continua enfrentando o latifúndio, mas agora também as empresas transnacionais, o capital financeiro por trás delas, e o modelo do agronegócio”. Disponível em: <http://www.mst.org.br/jornal/289/entrevista>. Acessado em 05/11/2010.

nível de cooperação era espontâneo, no sentido de que originava da necessidade imediata e não estava ligado a um planejamento vinculado à estrutura organizativa do MST” (RIBAS & THOMAZ JÚNIOR, 2000: 20).

Os imperativos sociais de infra-estrutura, produção e vida eram tamanhos, o que fez a organização conservar a defesa de um caráter coletivista produtivo como um meio dos assentamentos não perecerem. O formato de organização produtiva tomada como paradigma pela entidade em especial entre os anos de 1985-87 é o **associativismo**. O trabalho coletivo de tipo associado é colocado como economicamente vantajoso para os agricultores, pois eles poupam na compra de maquinário, adubos, ferramentas de trabalho, etc. Assim, “Os assentados descobrem as vantagens das compras em comum, pois comprando mais conseguem melhor preço, isto é, compra-se e consome-se a preços de atacado” (Jornal dos Trabalhadores Sem-Terra, 1987: 9).

A falta de crédito, porém, conformava-se como um real empecilho às aspirações dos assentados, necessitados de recursos para tocar a produção, mormente na forma cooperativada-associada. O movimento se organiza internamente, e é formada a Comissão Nacional dos Assentados, cujas reivindicações são centradas em políticas de crédito à pequena produção. O resultado foi a criação do Programa Especial de Crédito à Reforma Agrária (PROCERA) em 1986, o que trouxe a canalização de algum recurso para os assentamentos.

### **A solução cooperativista produtivista**

Nos fins dos anos 1980 se consolida gradativamente um novo modelo de organização da produção no MST: o **cooperativismo**, mas agora de caráter **produtivista**. A idéia aqui era a de que os assentamentos deveriam se modernizar e ampliar a sua produção, para, assim, angariarem maiores fatias de mercado e não definharem no âmbito da sociedade capitalista. O progresso produtivo e comercial adviria da simpatia às técnicas e insumos já conhecidos no interior da Revolução Verde<sup>2</sup>, cujas tecnologias eram desenvolvidas para o agronegócio. A produção sob estes

---

<sup>2</sup> A Revolução Verde está inserida no contexto de modernização conservadora ocorrida no país nos anos da ditadura militar. A base desta “revolução” consistia (e consiste, pois ainda sofremos os seus impactos) na utilização intensiva de sementes melhoradas (principalmente sementes híbridas), insumos industriais (como fertilizantes químicos e agrotóxicos), forte mecanização e diminuição do custo de manejo, uso extensivo da tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, possibilitando a

elementos tenderia a se alargar, o que permitiria uma maior inserção no mercado por parte dos assentados, que almejavam assim viabilizar condições para a sua permanência na terra.

A adoção do cooperativismo produtivista por expressivas lideranças do MST foi estimulada com as lições aprendidas por técnicos vinculados ao projeto político do MST em países como Cuba, Nicarágua, México, Honduras e Espanha. Estes sujeitos viajam a tais regiões a fim de conhecer suas experiências cooperativistas, e trazem estas novidades (referentes às suas potencialidades e limitações) ao movimento no Brasil, que paulatinamente vai introduzindo o paradigma cooperativista nos ideais e na materialidade dos assentamentos.

Por outro lado, tal direcionamento cooperativista produtivo também funcionou como uma tentativa de resposta às condições objetivas dos assentamentos, que eram precárias, e requisitavam uma constituição produtiva mais eficiente. Assim, é solidificada a idéia de associar a cooperação como um meio de ampliar o desenvolvimento sócio-econômico dos assentamentos, “(...) desde formas mais simples de organização (mutirões) até formas mais complexas (Cooperativas de Produção Agropecuária)” (RIBAS & THOMAZ JÚNIOR, 2000: 21).

A situação política do país também se mostrava tensa com a ascensão de Fernando Collor de Mello ao poder em 1990, fato este que limitaria as demandas sociais dos sem terra em todo o país, impelindo-os na escolha do cooperativismo produtivista como forma de evitar o perecimento dos espaços do grupo (BORGES, 2009: 15).

O início da década de 1990 é marcado pela expansão de Cooperativas Agrícolas nos assentamentos do MST, o que o fez “(...) articular seu modelo de cooperação agrícola em torno de uma estrutura de representação” (Idem). Surgem então as Centrais Cooperativas dos Assentamentos, que visavam coordenar numa mesma região as distintas experiências cooperativistas, e tinham como responsabilidade a:

---

produção agrícola em vasta escala. Os procedimentos assim utilizados causam danos expressivos ao meio ambiente, pois muitas vezes há a necessidade de derrubada de matas e de queimadas, seguidas da implementação de técnicas que comprometem a fertilidade dos solos e que poluem o ambiente em questão. O agravamento das tecnologias de tal revolução nas últimas décadas encontra-se na utilização desmedida de gêneros transgênicos, cujos estudos sobre organismos geneticamente modificados para a agroindústria são bastante parciais.

*“comercialização da produção; compra de insumos e máquinas; logística da produção; obtenção de crédito para as Cooperativas Agropecuárias; implantação dos projetos agroindustriais; busca de melhorias na infraestrutura dos assentamentos; consolidação da matriz tecnológica, entre outras atribuições pertinentes” (Idem).*

Em maio de 1992 é fundada a **Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil**, a CONCRAB, que seria responsável pela estruturação das discussões cooperativistas em nível nacional no MST, **institucionalizando** a opção cooperativista. Com a CONCRAB, o movimento ganha representatividade nas esferas local (Cooperativa de Produção Agropecuária), estadual (Central Cooperativa de Reforma Agrária) e agora nacional (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil). A CONCRAB tem em sua base diversas formas de cooperação agrícola: Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS) e Cooperativas Centrais de Reforma Agrária (CCA), esferas que se mantêm articuladas.

A produção coletiva e cooperativista passou a ser o norte da reforma agrária reclamada pelo MST, congregando as dimensões política e econômica, pois:

*“No movimento temos como objetivo no econômico o desenvolvimento da cooperação agrícola para podermos chegar à agroindústria. No plano político visa fortalecer o projeto da classe trabalhadora rumo às mudanças sociais e a organização da sociedade socialista” (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1990: 5).*

Neste período há um deslocamento do eixo fundamental de reivindicação do MST, que passa do político-religioso ao político-econômico. A coordenação do grupo vai se aproximar de um ideário marxista-leninista em detrimento de sua maior fundamentação filosófico-cristã, ao assumir de um jeito contundente a defesa de uma sociedade socialista.

A institucionalização e a territorialização do cooperativismo de tipo produtivista no MST carregam em seu arcabouço teórico contribuições de um dos maiores pensadores da causa cooperativista que atuaram no movimento: Clodomir Santos de Moraes. Ele advoga que os camponeses devem se organizar e produzir coletivamente,

sendo a organização produtiva baseada numa rígida divisão do trabalho, em vistas de aumentar a produtividade, e, portanto, a renda dos trabalhadores. A introdução de técnicas avançadas na produção de tipo agroindustrial também deveria fazer parte destas experiências, melhorando a qualidade da produção e sua competitividade no mercado (MORAIS, 1986).

Outra característica fundamental da teoria de Clodomir Santos de Moraes referia-se ao perfil atribuído às populações camponesas. Segundo o intelectual orgânico, o caráter familiar da produção camponesa seria um sinônimo grave de *desvio de conduta* na sociedade socialista almejada por lideranças da entidade, portanto a consciência e a cultura camponesas eram um alvo de peleja e disputa. Fala-se em combater os **vícios ou desvios ideológicos** das formas artesanais (camponesas) de trabalho, que podem despontar nas seguintes características: individualismo; personalismo; espontaneísmo; anarquismo; imobilismo; comodismo; sectarismo; liquidacionismo; aventureirismo; e auto-suficiência.

Ainda segundo o autor, o trabalho cooperativista (produtivista) seria uma forma de evoluir a consciência camponesa para algo diferente de seu caráter intrinsecamente individualista e sectário. Pela vivência no trabalho estes sujeitos então perceberiam a sua organicidade, pois faziam parte de um grupo, de uma classe<sup>3</sup>.

Na primeira metade dos anos de 1990, as tentativas de incorporar o cooperativismo de cunho produtivista no MST mostram as suas limitações, fronteiras estas de natureza econômica, mas também cultural.

Ao se objetivar majorar os cultivos e a renda dos trabalhadores, opta-se por uma produção agropecuária de tipo industrial, marcada pelo uso significativo de insumos industrializado e de maquinário. Essa opção tecnológica depende excessivamente de fatores externos, o que compromete a autonomia dos trabalhadores, agora reféns das flutuações e oscilações do mercado para a obtenção de insumos e a venda de seus produtos. A escolha desta linha agrícola também acarreta outro problema, pois é marcada por uma superutilização da terra e uma subutilização da mão-de-obra, justamente em estabelecimentos de reforma agrária que contam com vasta força de trabalho disponível. Outro problema remete-se à extinção dos créditos do PROCERA -

---

<sup>3</sup> É interessante observar a influência dos referenciais teóricos do marxismo agrário kautskyano no pensamento de Clodomir Santos de Moraes, sobretudo na seguinte obra: KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - no governo Fernando Henrique Cardoso, o que compromete a viabilidade desse tipo de cooperativismo nos assentamentos.

Internamente, o cooperativismo produtivista mostrou os seus limites, pois não gerou a elevação esperada da renda. Ao contrário, os agricultores acabaram se endividando na compra dos insumos necessários à produção estabelecida, e para minimizar os percalços, buscaram elevar a produção, o que acabou por minar o seu tempo de produzir culturas de subsistência. Além disso, o paradigma cooperativista apregoadado era demasiadamente homogêneo, e não comportava o respeito aos distintos alicerces culturais e produtivos dos agricultores, nem às diversas formas de se trabalhar nos plurais ecossistemas encontrados.

### **A vez (e a voz) da Agroecologia**

Desde a segunda metade dos anos 1990 assiste-se ao declinar do cooperativismo de caráter produtivista como ponto tático do MST, o que vai abrindo espaço para possibilidades alternativas de vida, produção e comercialização nos assentamentos. Muitas das lideranças vão repensar as limitações do paradigma produtivo hegemônico até então, o que compele a ascensão de um novo modo de se perceber os ecossistemas, a mão-de-obra e o trabalho. Assim, gradativamente, e desde a segunda metade dos anos 1990, a **Agroecologia**<sup>4</sup> vem sendo coroada como uma nova estratégia produtivo-cultural diante das investidas do agronegócio.

Essa nova tendência viria a ser fundamentalmente alimentada com a inserção do MST na Via Campesina, grupo que acaba por reconfigurar as pautas de luta dos movimentos os quais nela se integram<sup>5</sup>. A Via Campesina é uma instituição internacionalista que congrega pequenos e médios agricultores, sem terra, mulheres camponesas e comunidades indígenas de distintos países do globo, e tem como

---

<sup>4</sup> A ciência agroecológica é definida por Stephen Gliessman como “a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis (...). A Agroecologia também valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade” (GLIESSMAN, 2009: 56).

<sup>5</sup> Os movimentos nacionais que participam da seção brasileira da Via Campesina são o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB).

objetivos lutar pela preservação ambiental, pela defesa da biodiversidade, dos conhecimentos tradicionais e das culturas locais, alarmantemente fagocitados nas últimas décadas pelo modelo do agronegócio. A constituição da Via Campesina é um indicativo do protagonismo que as questões ambientais assumiram nos movimentos camponeses mundiais, em especial àquelas representadas pela Agroecologia, por seu caráter holístico, que congrega o natural, o social e o místico.

O respeito à natureza por si própria e uma tendência marcante a uma dinâmica produtiva sustentável<sup>6</sup> não são pontos de grande visibilidade presentes no discurso veiculado pelo MST até meados da década de 1990. Quando o tema meio ambiente e/ou relações produtivas aparecia em entrevistas com lideranças, e em documentos porta-vozes do movimento<sup>7</sup>, o era de forma um tanto incipiente, e não adquiria uma plataforma hegemônica no interior dos objetivos do MST. No máximo, o recorte ambiental era tratado sob a forma de necessidades evidentes, como o reflorestamento de áreas assentadas, a conservação das matas, do solo e da água, etc.

Acredita-se que a entrada do MST na Via Campesina nos anos de 1995 forçou as lideranças a repensarem as táticas produtivas e culturais valorizadas até então, fato também compelido pelos sinais de crise do sistema cooperativista que vinha tentando ser estabelecido. Novas abordagens civilizatórias vão sendo apresentadas, e elementos antes distantes vão paulatinamente ganhando corpo no discurso do MST, como a defesa da sustentabilidade; a preservação de recursos naturais, como a água, as matas e os solos; a soberania alimentar; a luta contra a introdução de alimentos transgênicos; e a necessidade de se produzir e de se comportar de maneira agroecológica.

De acordo com Canrobert Costa Neto e Flaviane Canavesi:

*“De 1995 em diante, o discurso político programático do MST passou a intensificar o conteúdo em favor da sustentabilidade, com a realização de encontros com representantes de organizações não-governamentais (ONGs), ligadas à questão da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável” (COSTA NETO & CANAVESI, 2002: 209).*

---

<sup>6</sup> Ficamos com a definição de sustentabilidade de Gliessman: “A sustentabilidade é uma versão do conceito de produção sustentável – a condição de ser capaz de perpetuamente colher biomassa de um sistema, porque sua capacidade de se renovar ou ser renovado não é comprometida”. (GLIESSMAN, 2009: 54).

<sup>7</sup> Como jornais, revistas, cartilhas, Cadernos de Formação, cartas de Congressos, etc.

Observamos, porém, que só no 4º Congresso Nacional do MST, realizado no ano 2000, a consolidação da Agroecologia como instrumento de transformação social e produtiva vai ser efetivada. Na luta contra o esmagamento da agricultura familiar pelo agronegócio, a Agroecologia vai finalmente assumir posição de destaque na orientação das ações estratégicas pelo MST. Uma nova luz incide nas relações de trabalho e no saber camponês, que outrora deveria ser evitado e combatido. Com a Agroecologia, a valorização do conhecimento popular é primordial para uma relação de trabalho equilibrada entre a espécie humana e outras formas de vida, em que o saber local acumulado geracionalmente pelos camponeses permita um metabolismo sustentável nas relações produtivas.

Finalmente, em seu 5º Congresso Nacional realizado em 2007, o MST afirma que a luta dos grupos subjugados contra o neoliberalismo, o imperialismo e o agronegócio deve considerar questões ecológicas em sua raiz, aliadas às lutas políticas, por melhores condições de vida e de trabalho. Dentre as principais reivindicações do grupo que resultaram na Carta do último Congresso, a preservação natural e ontológica aparece como fundamental. Vejamos os trechos a seguir:

*[Objetivos do MST]: “Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Combater o uso dos agrotóxicos e a monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc.; Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro; Lutar para que a produção dos agrocombustíveis esteja sob o controle dos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, com preservação do meio ambiente e buscando a soberania energética de cada região; Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de Agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno; Defender todas as nascentes, fontes e reservatórios de água doce. A água é um bem da Natureza e pertence à humanidade. Não pode ser propriedade privada de nenhuma empresa; Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global” (Carta do 5º Congresso Nacional do MST, 2007: 2-3).*

O imperativo de repensar novas possibilidades produtivas para os assentamentos foi reconhecido por importantes lideranças do MST, ao abordarem os limites que o cooperativismo economicista vinha impondo. Importantes intelectuais do grupo vão apontar a urgência em transformações do modelo hegemônico. Ao recuperar a trajetória do cooperativismo no movimento, Horácio Martins de Carvalho afirma que houve uma gama de deslizes em sua implementação, que pareceu se fundar demasiadamente em referenciais teóricos, desconsiderando os grupos a serem contemplados por tais políticas. O resultado foi a implantação de uma coletivização independentemente da dinâmica histórica social vivenciada pelos seus atores: “Assim, a composição institucional do SCA à época (CPA, CCA e CNC) ocorreu mais por opção político-ideológica do que por informações objetivas e subjetivas da prática histórica de cooperação entre os trabalhadores rurais” (Caderno de cooperação agrícola n. 8, 1999).

Já as críticas de Ademar Bogo se concentram no aspecto do trabalho e da alienação geradas, contraproducentes à construção de indivíduos autônomos e críticos, base de uma sociedade socialista. “Aqui se nota a forte crença na divisão social do trabalho, desconsiderando a alienação do trabalho que o modelo taylorista acentuou, como mostra também a ingenuidade de como encarar o desenvolvimento econômico e suas leis” (Idem: 17).

A despeito das críticas focadas no cooperativismo, os pensadores e militantes colocam que não se pode confundir **cooperação** com **cooperativismo alienante e altamente produtivista**, visto que o primeiro elemento funciona como um aparato de formação e conscientização dos agricultores. Portanto, a cooperação agrícola permanece sendo estimulada pelo MST em sua fase mais recente, como possibilidade de resgatar o senso comunitário e relações solidárias entre as famílias sem terra.

As bases da Agroecologia e da cooperação agrícola vão redefinir as práticas do movimento, num processo de construção contínua através de ações variadas, de caráter teórico e prático. Assim, uma série de cursos vão ser oferecidos aos assentados, muitos em parceria com o Estado ou ONGs: cursos do PRONERA; Cursos de Residência Agrária; Cursos Superiores de Pedagogia da Terra; Curso de Agronomia para Movimentos Sociais no Campo; de Especialização em Agroecologia; Curso Técnico em Agropecuária com qualificação em Agroecologia e Meio Ambiente; etc. (BORGES, 2009).

Dentre as atividades realizadas nos cursos, que devem considerar as especificidades dos locais trabalhados, têm-se como exemplos: a formação da capacitação agroflorestal, com práticas de instalação de viveiros agroflorestais comunitários; o plantio de espécies com potencial agroflorestal da região; o estímulo à cultura de sementes crioulas como uma das formas de se desenvolver a Agroecologia; a composição de caldas naturais fungicidas e de biofertilizantes; a conscientização dos mecanismos que geram o aparecimento de pragas e doenças no solo; etc.

O MST também vem ampliando a sua participação em Jornadas de Estudos, Congressos, Seminários e Encontros sob o lema da Agroecologia e do desenvolvimento sustentável. Em articulação a outros movimentos sociais, o MST promove as *Jornadas de Agroecologia*, que funcionam desde o ano de 2001, e são marcadas por serem um espaço de troca de experiências entre pesquisadores, agricultores e estudantes da questão agrário-ambiental. Em sua última edição, em maio de 2010, os participantes da Jornada se definem como “um coletivo político que se contrapõe diretamente ao Capitalismo e sua expressão por meio do Agronegócio” (Carta da 9ª Jornada de Agroecologia, 2010: 2), o que significa que estão na contramão do processo degradante dos latifundiários agronegociantes, ao defenderem a agricultura familiar camponesa e agroecológica.

Um dos principais pontos de embate que passam a ser travados contra o agronegócio se refere à luta contra os transgênicos, inserida na pauta da defesa da soberania alimentar, preconizada pelo MST. O grupo vem empreendendo uma campanha conjuntamente a outros movimentos camponeses pela manutenção da possibilidade dos agricultores cultivarem as suas próprias sementes, prática secular que permite a subsistência dos mesmos e o melhoramento das colheitas. Através da campanha internacional *Sementes: Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade*, tenta-se desenvolver um projeto de resgate das sementes crioulas, cultivadas e conservadas pelos agricultores de geração em geração<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Os transgênicos se comportam enquanto grandes vilões do meio ambiente e do homem por algumas razões fundamentais: além de não haver estudos suficientes e satisfatórios que comprovem que a sua ação não traria riscos às espécies vivas, a sua utilização no interior do pacote tecnológico do agronegócio vem acompanhada do uso abundante de agrotóxicos, marcando uma parceria um tanto degenerada. Outro agravante à utilização de elementos transgênicos é que estes são monopólio de algumas poucas corporações multinacionais, que visam criar com eles uma dependência completa dos produtores rurais aos seus produtos, dependência essa que é ainda mais acentuada no caso dos pequenos produtores.

A alternativa de produção agroecológica adquire um papel estratégico de contraposição ao agronegócio, e passa a ilustrar um objetivo central na reforma agrária defendida pelo MST. Estimular a Agroecologia é sinônimo de combate ao agronegócio, fincado no capital financeiro, industrial e oligárquico, portanto, é uma forma de violar práticas econômicas e culturais características da sociedade capitalista.

As pautas de respeito ao meio ambiente e de instigação a práticas agrícolas menos agressivas ao homem e a natureza apareciam um tanto fragmentárias no discurso do MST, como fora visto anteriormente. Com a introdução do paradigma agroecológico as intrínsecas relações entre homem e meio vão tomando corpo, e o que outrora se mostrava deslocado no discurso da entidade adquire uma conotação central, pois o discurso que leva em conta a Agroecologia se propõe a ser totalizante, ou seja, aspectos políticos, econômicos, culturais e naturais são articulados na construção do pretense novo sujeito da reforma agrária.

Para o MST não há mais como renunciar a construção de uma sociedade sustentável no caminho do socialismo. Desta forma, Agroecologia e o socialismo vão se articular como plataforma política do grupo. Nas palavras de Adalberto Martins, do Setor de Produção do MST:

*“Apesar da Agroecologia não ter força em si mesma de edificar uma sociedade socialista, tal sociedade perderá sentido e força humanizadora se tal projeto não incorporar a Agroecologia e realizar uma radical crítica ao modelo produtivista do capital”* (Revista Sem Terra: Edição Especial Agroecologia, 2009: 37).

### **Desafios na construção da Agroecologia**

Embora o discurso e o direcionamento político do MST tenham se refinado ao se aliar objetivos sociais e ambientais, o alcance prático da construção do *homo agroecologicus* nos assentamentos vem se mostrando restrito. Mesmo com o incentivo à formação pedagógica e prática dos agricultores em direção ao manejo ecológico dos agroecossistemas através de seminários, cursos e oficinas, a adaptação a tal alternativa produtiva não é homogênea entre os assentados e acampados. Em estudo realizado por Sérgio Leite et al em fins dos anos 1990, constatou-se que a média geral de adoção de

práticas agrícolas alternativas é bastante reduzida nas cinco regiões do país (VERAS, 2005).

Podemos justificar esse quadro por motivos não só de origem cultural, mas também por aspectos materiais. O padrão tecnológico fomentado pelos órgãos de reforma agrária se fundava em tecnologias da Revolução Verde, tornando não só o solo viciado, mas também as práticas culturais dos agricultores. As técnicas e os mecanismos produtivos dominados pelas famílias passam pelo uso pesado de agrotóxicos e de fertilizantes químicos, o que em breve mostra o desgaste do solo, que necessita assim de mais componentes químicos e mecanização para florescer, criando uma relação perversa e viciante. Como os assentamentos quase sempre estão nas terras de pior qualidade, tendem a depender mais de tecnologias pesadas e de financiamento, o que futuramente compromete a qualidade das colheitas e causa o endividamento dos produtores.

A conscientização das famílias assentadas da necessidade de transformação da sua maneira intensiva de produzir é um processo lento, e, principalmente, contínuo. A passagem de uma agricultura tradicional para outra de tipo agroecológica não é imediata, ao contrário, constitui-se enquanto um **processo**, pois estamos lidando com fontes de vida, que necessitam de tempo para se recuperar, diferentemente do tempo da máquina. A recomposição da fertilidade dos solos (pela matéria orgânica, microbiologia, nitrogênio, etc.) também depende de conhecimento do ecossistema em questão, o que influi na escolha dos melhores gêneros a serem cultivados. Assim, num processo de transição agroecológica é muito importante a existência de um suporte de assistência técnica, o que já evidencia uma das dificuldades dos agricultores, pois os programas de assistência ainda se dão em número bastante restrito, e a formação dos técnicos num sentido agroecológico é recente e ocorre em pequeno número.

No processo gradual de transição para uma agricultura de tipo agroecológica<sup>9</sup>, o MST visa estimular que as famílias percebam os benefícios perdurantes resididos na agricultura alternativa. Os ganhos em produtividade e o menor tempo de maturação dos cultivos alcançados com as tecnologias convencionais são pontos de destaque para este modelo, contudo logo apresentam as suas contradições, com a destruição dos ecossistemas e da saúde dos agricultores, além dos altos gastos exigidos. A transição

---

<sup>9</sup> Ver caracterização da “transição agroecológica” em: GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2009.

para uma produção agroecológica pode parecer, inicialmente, um pouco lenta, em especial numa época em que o tempo natural parece ser execrado pelo industrial, e pior ainda, pela volatilidade do tempo financeiro. Esse aspecto, porém, logo é superado pelos benefícios mais profundos adquiridos pelos agricultores, mas também pela sociedade em geral: menores custos de produção; tendência à autonomia produtiva; preservação dos ecossistemas; salvaguarda da saúde humana e animal; produção de alimentos saudáveis e frescos às populações; etc.

As práticas agroecológicas são relativas à recuperação de conhecimentos tradicionais, perdidos com o avanço do capital e com a dinâmica de descampesinização geradas. A construção de tais práticas dar-se-ia aliando saberes tradicionais (camponeses) a conhecimentos científicos modernos com base ecológica, para assim, reavivar e ressignificar os aprendizados perdidos com a modernização conservadora (BORGES, 2009).

Ainda que em número reduzido, parte das famílias presentes em acampamentos e assentamentos do MST vêm introduzindo os pilares da Agroecologia em seu cotidiano desde a última década, reconstruindo suas relações com o meio ambiente e passando a enxergar outras possibilidades na ação do trabalho. A transição para patamares sustentáveis agrícolas fica evidenciada na seguinte passagem:

*“Muitas de nossas famílias, ao conquistarem a terra, iludiram-se que o modelo capitalista de agricultura traria o seu desenvolvimento e o bem-estar. No entanto, diversos assentados, em seu fazer cotidiano, sentiram na pele as contradições e implicações concretas desta maneira capitalista de organizar a agricultura. As mudanças ocorreram por vários caminhos. Algumas famílias Sem Terra decidiram romper com esta lógica produtivista, porque foram contaminadas pelos agrotóxicos. Outras porque perceberam o alto custo de produção daquele modelo. Muitas outras porque se deram por conta da degradação que este modelo trazia para os seus recursos naturais, como solo, água, fauna e flora. Outras tantas modificaram, porque compreenderam a cadeia de submissão que tal modelo lhes arrastava”*  
(Revista Sem Terra: Edição Especial Agroecologia, 2009: 36-37).

## **Conclusão**

No artigo apresentado tentou-se recuperar a trajetória e o contexto histórico de incorporação da Agroecologia pelo MST, sobretudo no plano discursivo da entidade. As fracassadas experiências cooperativistas de origem produtivista outrora paradigmáticas nas táticas do movimento abriram espaço para a introdução de um novo modelo civilizacional e produtivo nos acampamentos e assentamentos, representado pela Agroecologia.

Na última década, o discurso oficial do MST parece ter atribuído uma centralidade à Agroecologia como meio de superar as dificuldades encontradas nos assentamentos e como forma de viabilizar uma reforma agrária exitosa. Apesar dos avanços no discurso, a instituição das experiências práticas agroecológicas no MST ainda aparecem de forma tímida, diante das dificuldades acima ponderadas.

Reiteramos que apesar dos obstáculos encontrados é fundamental que um movimento social com as dimensões do MST repense as atividades produtivas que têm como paradigmas. O caminho para a Agroecologia pode demonstrar os seus limites na empreitada de construção de uma sociedade igualitária, porém é um passo decisivo na formação e conscientização de grande massa de agricultores no sentido de formas de trabalho, relações humanas e interações ambientais mais equilibradas, solidárias e respeitadas.

## **Bibliografia**

### **Fontes Primárias**

*Boletim dos Sem Terra*. Porto Alegre. Agosto de 1981, n. 10, p.28.

*Boletim dos Sem Terra*. Porto Alegre. Agosto de 1981, n. 10, p.28.

*Caderno de Cooperação Agrícola*. São Paulo, 1999, n. 8.

*Carta da 9ª Jornada de Agroecologia*. Paraná. Maio de 2010.

*Carta do 5º Congresso Nacional do MST*. Brasília. Junho de 2007.

*Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. São Paulo. Fevereiro e Março de 1987, n. 60.

*Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. São Paulo. Abril e Maio de 1990, n. 93.

*Revista Sem Terra: Edição Especial Agroecologia*. São Paulo. 2009.

## Fontes Secundárias

BORGES, Juliano Luís. *MST: do produtivismo a agroecologia*. São Paulo; Goiânia: Terceira Margem; Editora da PUC Goiás, 2010.

COSTA NETO, Canrobert; CANAVESI, Flaviane. “Sustentabilidade em assentamentos Rurais: o MST rumo a uma reforma agrária agroecológica no Brasil?”. In: Hector Alimonda. (Org.). *Ecología Política, Sociedad y Utopia*. 1 ed. México: CLACSO, 2002, v. 1.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2009.

MORAIS, Clodomir S. Elementos sobre a teoria da organização no campo. *Caderno de Formação*, n° 11. São Paulo: MST, 1986.

RIBAS, Alexandre Domingues; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Cooperativismo no raio de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (uma contribuição para a Geografia do Trabalho)*. Geografia em Atos (UNESP), FCT/UNESP, v. 2, n. 2, p. 13-32, 2000.

VERAS, Melissa M. *Agroecologia em assentamentos do MST no Rio Grande do Sul: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática*. Dissertação (Mestrado em agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.